

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

5

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

**Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas
5**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas 5 [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 5)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-052-0

DOI 10.22533/at.ed.520191701

1. Ciências humanas. 2. Identidade de gênero. 3. Serviço social.
I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 372.8

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 5, apresenta 33 capítulos sobre os aspectos diversos das Ciências Humanas. Os temas têm como peculiaridade exibir no contexto atual as situações vinculadas a gestão de saúde, a questão de gênero, mulheres e vulnerabilidades, o papel do Serviço Social na sociedade e a política social na contemporaneidade.

Com o enfoque de contribuir no bem estar do coletivo e a integração desses no âmbito da sociedade são as principais preocupações expostas nos capítulos. A obra contribui na ampla relevância dos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos e através da complexidade dos fatos reais, tem como característica dar visibilidade a importância da formulação de políticas públicas no Brasil.

A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AGENDAS REALIZADAS NA ÁREA DA SAÚDE: OBJETIVOS, AÇÕES E RESULTADOS DOS GOVERNOS FHC E LULA	
<i>Oleg Abramov</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917011	
CAPÍTULO 2	16
CONSELHOS DE SAÚDE: A PERCEPÇÃO DOS CONSELHEIROS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL (CES/RS)	
<i>Maria Alice Gabiatti Alessio</i>	
<i>Ronaldo Bordin</i>	
<i>Roger dos Santos Rosa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917012	
CAPÍTULO 3	31
GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: A FUNDAÇÃO ESTATAL DE DIREITO PRIVADO E AS REPERCUSSÕES PARA OS TRABALHADORES	
<i>Luciene Rodrigues da Silva Garcia Augusto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917013	
CAPÍTULO 4	42
INOVAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO DO PROJETO MÃO AMIGA	
<i>Cassiane Chais</i>	
<i>Jaime João Bettega</i>	
<i>Adrieli Alves Pereira Radaelli</i>	
<i>Oberdan Teles da Silva</i>	
<i>Paula Patrícia Ganzer</i>	
<i>Pelayo Munhoz Olea</i>	
<i>Eric Charles Henri Dorion</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917014	
CAPÍTULO 5	56
POLÍTICA DE SAÚDE: TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	
<i>Neimy Batista da Silva</i>	
<i>Danúbia de Brito Rodrigues Silva</i>	
<i>Adelaine da Silva Santos de Jesus</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917015	
CAPÍTULO 6	66
PROTEÇÃO SOCIAL E SAÚDE MENTAL DE UNIVERSITÁRIOS NA UFF CAMPOS	
<i>Alessandra de Muros Xavier</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917016	
CAPÍTULO 7	76
VOZES DE MULHERES: O “APRENDER A FALAR” A PARTIR DOS CLUBES DE TROCA E NOVAS POSICIONALIDADES	
<i>Maria Izabel Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5201917017	

CAPÍTULO 8 89

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E ESTUPRO DE VULNERÁVEL: UMA ANÁLISE DE DISCURSO DE REPORTAGENS DO G1

Julia Mello dos Santos

Karen Costa Krüger

DOI 10.22533/at.ed.5201917018

CAPÍTULO 9 94

TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E REPERCUSSÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL: INTERFACES DA FEMINIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO

Solange dos Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.5201917019

CAPÍTULO 10 105

TRABALHO FEMININO? A CONFIGURAÇÃO DE GÊNERO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Diego Tabosa da Silva

Noêmia de Fátima Silva Lopes

Rafaella Vanny

DOI 10.22533/at.ed.52019170110

CAPÍTULO 11 117

APOLOGIA À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA MÚSICA

Elaine Silva Alegre

Liliane Capilé Charbel Novais

Marilza de Fátima Souza

Rozimeire Stiko Shimizu

DOI 10.22533/at.ed.52019170111

CAPÍTULO 12 129

BUNDA: RAÇA E POLÍTICA VISUAL NO BRASIL

Ana Paula Garcia Boscatti

Joana Maria Pedro

DOI 10.22533/at.ed.52019170112

CAPÍTULO 13 143

AS PRÁTICAS TERAPÊUTICAS E O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Letícia Pereira Dourado

Lilian Fernanda Silva

Dameres Gonçalves Martins

Daniele Lopes Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.52019170113

CAPÍTULO 14 154

POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: REBATIMENTOS SOBRE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Mayéwe Elyênia Alves dos Santos

Palloma Maria Gomes Jácome

DOI 10.22533/at.ed.52019170114

CAPÍTULO 15..... 165

SERVIÇO SOCIAL E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA ÁREA DA POLÍTICA SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

Ângela Kaline da Silva Santos

Lucicleide Cândido dos Santos

Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.52019170115

CAPÍTULO 16..... 173

PÓS-MODERNISMO E OS ENTRAVES E DESAFIOS POSTOS AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

Bismarck Oliveira da Silva

Maria Tereza de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.52019170116

CAPÍTULO 17 185

ADOÇÃO DE CRIANÇAS BRASILEIRAS NA EUROPA: O PERCURSO DAS FAMÍLIAS ITALIANAS

Gisele Caroline Ribeiro Anselmo

DOI 10.22533/at.ed.52019170117

CAPÍTULO 18..... 200

TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE: DESAFIOS PARA A DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL

Mirna Carriel Cleto

Marcos Claudio Signorelli

DOI 10.22533/at.ed.52019170118

CAPÍTULO 19..... 214

REDEMOCRATIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Nayanna Sabiá de Moura

DOI 10.22533/at.ed.52019170119

CAPÍTULO 20..... 229

REVISITANDO O PENSAMENTO DO GUNNAR MYRDAL E AMARTYA SEN SOBRE O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

Nilton Marques de Oliveira

Udo Strassburg

DOI 10.22533/at.ed.52019170120

CAPÍTULO 21..... 243

CAPITALISMO MONOPOLISTA, QUESTÃO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

Mayra Hellen Vieira de Andrade

Ingrid Stephany Freire da Silva

Angely Dias da Cunha

Nirleide Dantas Lopes

DOI 10.22533/at.ed.52019170121

CAPÍTULO 22 256

O QUE SE FALA DAQUELES A QUEM NÃO SE DÁ OUVIDOS: IMPRENSA E MORADORES DE RUA EM CUIABÁ-MT E REGIÃO

Juliano Batista dos Santos

Juliana Abonizio

DOI 10.22533/at.ed.52019170122

CAPÍTULO 23 270

ANÁLISE DA LÓGICA DE PENSAMENTO DE THOMAS KUHN E KARL POPPER FACE A SOCIOLOGIA

Nei Alberto Salles Filho

Daniele Cristina Bahniuk Mendes

Thais Cristina dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.52019170123

CAPÍTULO 24 280

COMPARECIMENTO, ALIENAÇÃO ELEITORAL E O ÍNDICE DE FRACIONALIZAÇÃO

Franklin Soldati

DOI 10.22533/at.ed.52019170124

CAPÍTULO 25 294

CONSTRUÇÃO DA POSIÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO REFERENTE À PLATAFORMA DE AÇÃO DE PEQUIM: PRIMÓRDIOS E ATUALIDADE

Ana Luci Paz Lopes

DOI 10.22533/at.ed.52019170125

CAPÍTULO 26 309

DO “MEU EU-BEIJU” À PESQUISA - AS MINAS DO CORRE: MULHERES QUE TRABALHAM NO COMÉRCIO DE DROGAS

Patricia Baptista Guerino

Marlene Tamanini

DOI 10.22533/at.ed.52019170126

CAPÍTULO 27 324

IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NA PROTEÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Maria Isabel Lopes Perez

DOI 10.22533/at.ed.52019170127

CAPÍTULO 28 335

ÍNDICES DE GERAÇÃO DE SEGURANÇA HUMANA: APLICAÇÃO COMPARADA AOS CASOS DO PERU E COLÔMBIA

Fábio Rodrigo Ferreira Nobre

DOI 10.22533/at.ed.52019170128

CAPÍTULO 29 354

REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA PARA OS “NOVOS ROSTOS” DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL

Vanito Ianium Vieira Cá

Jussara Maria Rosa Mendes

DOI 10.22533/at.ed.52019170129

CAPÍTULO 30	368
INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO, AÇÃO COLETIVA E ESCOLHA RACIONAL: QUAIS SÃO OS EFEITOS DESSA INTERAÇÃO PARA A QUALIDADE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA?	
<i>Mariana Dionísio de Andrade</i> <i>Rodrigo Ferraz de Castro Remígio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170130	
CAPÍTULO 31	385
O ESTADO DA ARTE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: UMA REVISÃO DA LITERATURA NA PERSPECTIVA DE GÊNERO	
<i>Geovana Azevedo da Costa</i> <i>Olívia Cristina Perez</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170131	
CAPÍTULO 32	401
O PAPEL DO ESTADO CAPITALISTA E SUAS “NOVAS” CONFIGURAÇÕES FRENTE A QUESTÃO SOCIAL	
<i>Ingridy Lammonikelly da Silva Lima</i> <i>Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida</i> <i>José Rangel de Paiva Neto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170132	
CAPÍTULO 33	409
ZERO HORA E CRISE POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL: ANÁLISE DA COBERTURA DO JORNAL SOBRE O GOVERNO ESTADUAL EM 2015	
<i>Rodolfo Silva Marques</i> <i>Bruno da Silva Conceição</i> <i>Luciana Pazini Papi</i>	
DOI 10.22533/at.ed.52019170133	
SOBRE A ORGANIZADORA	425

PROTEÇÃO SOCIAL E SAÚDE MENTAL DE UNIVERSITÁRIOS NA UFF CAMPOS

Alessandra de Muros Xavier

Universidade Federal Fluminense

Campos dos Goytacazes – Rio de Janeiro

RESUMO: Este trabalho apresenta a reflexão sobre o papel da universidade no conjunto das políticas sociais e sua contribuição para a proteção social e impactos na saúde mental de estudantes universitários. Elucida as transformações que as Instituições de Ensino Superior (IES) passaram nas últimas duas décadas com o advento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a fim de promover sua expansão e a democratização do acesso. Tal processo é marcado pela conjuntura de crise político-econômica, precarizando as políticas que visam contribuir para a permanência no ensino superior. Questiona a relação de tal contexto para as condições objetivas de existência desses alunos e a conformação da subjetividade dos mesmos.

PALAVRAS-CHAVE: Proteção Social; Saúde Mental; Ensino Superior

ABSTRACT: This paper presents a reflection about the role of the university in the set of social policies and its contribution to the social (dis) protection and mental health of university students. It elucidates the changes

that the Higher Education Institutions (HEIs) have undergone in the last two decades with the advent of the Program to Support Federal University Restructuring and Expansion Plans (REUNI), in order to promote their expansion and the democratization of access. This process is marked by the conjuncture of political-economic crisis, precarious policies that aim to contribute to the permanence in higher education. It questions the relation of such context to the objective conditions of existence of these students and the conformation of their subjectivity.

KEYWORDS: Social Protection; Mental health; Higher education

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca a reflexão acerca do papel da universidade pública no pós REUNI, o debate sobre a democratização do ensino superior, as condições de permanência de estudantes pobres na universidade e seus rebatimentos para conformação da subjetividade desses alunos.

Tais questões nascem de ações executadas por meio da Coordenação de Assistência Estudantil (CAES) da Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes, apoio da Pro Reitoria de Assuntos

Estudantis (PROAES), que promove ações de Assistência Estudantil, tais como a oferta de Bolsas de Assistência Estudantil. Para além das ações já desenvolvidas pela universidade, o Serviço Social, em seu cotidiano profissional, realiza um estudo sobre as demandas apresentadas, sistematiza sua prática e busca trazer elementos para responder a essa realidade. Desenvolve também ações que contribuam para a formação profissional dos discentes, além de ser espaço de acolhimento, orientação social visando atender a suas demandas socioeconômicas, culturais e de saúde.

Em seu cotidiano de atendimento, a CAES nos anos de 2015 e 2016, identificou o aumento significativo no número de estudantes a procura de atendimento para questões de ordem emocional. Ansiedades, depressão, desânimo em relação aos estudos e apatia, foram queixas freqüentes e, portanto tornam-se fatores de risco para saúde do estudante e para continuidade de sua vida acadêmica.

No ano de 2017, em particular, foi identificada a ocorrência de alguns alunos que tentaram suicídio. Duas tentativas chegaram a óbito, e outras quatro realizadas, sendo os alunos encontrados a tempo do socorro. Diante de tal realidade, foram desenvolvidas parcerias com serviços da Universidade, como o Serviço de Psicologia Aplicada (SPA), e com a rede SUS na área de Saúde Mental como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e os Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e outras Drogas (CAPS AD) para encaminhamento dos alunos nas situações em que esses sintomas já podem ser identificados. Mas igualmente identificamos que o SPA também observou um crescimento na realização de cadastros, chegando a número de 40 cadastros por semana, em sua maioria de estudantes universitários.

O que essa realidade nos apresenta? Nos contextos de grave crise econômica e política, identificamos maior adoecimento da população? O empobrecimento das famílias, o desemprego e as inseguranças por um sistema de proteção social ineficiente e desigual, impulsionam dados de adoecimento mental? Nossos alunos, em seu cotidiano de estudos e de luta pela sobrevivência, apresentam impactos sobre sua subjetividade? Quais as principais desigualdades apresentadas no contexto universitário, que expressam a luta de classes, e que elucidam as expressões da “questão social”? Essas e outras questões nos inquietam, e sobre elas, discutiremos a seguir.

2 | UNIVERSIDADE E SEU PAPEL NAS POLÍTICAS SOCIAIS

Para Netto (1992), as políticas sociais têm seu surgimento associado ao trânsito do capitalismo da livre-concorrência à idade dos monopólios, quando no pós 1875, o modo de produção capitalista alcançou sua maturidade e ao Estado capitalista foram agregadas outras funções. Logo, não é possível falar de política social nos modos de produção anteriores ao capitalismo.

Behring (1998), aponta que na perspectiva de amortecimento da crise juntamente

com a necessidade de legitimação do sistema capitalista (em contrapartida à consolidação do socialismo soviético e da expansão da ideologia fascista), o Estado intervêm efetivamente nas relações econômicas e sociais: a planificação indicativa da economia, a intervenção na relação capital/trabalho por intermédio da política salarial e do controle de preços, a política fiscal, a oferta de crédito combinada a uma política de juros e as políticas sociais, fazem parte desse novo modelo de Estado – o modelo keynesiano. O Estado de bem-estar direcionava investimentos, estimulava a produção, efetivava obras públicas, controlava os níveis de emprego e promovia as políticas sociais, tais como habitação, previdência, saúde e educação. Tais medidas contribuíram também para ampliar as possibilidades de acumulação do capital.

O ajuste e a estabilização econômica, através da implantação da proposta neoliberal, possibilitarão, segundo seus defensores, a retomada do crescimento econômico, que trará consigo o desenvolvimento social. Entretanto, admitem que a efetivação de tal política implica na adoção de medidas de caráter recessivo (cortes nos gastos sociais, redução da atuação do Estado, desativação de programas) que gerarão, num primeiro momento, impactos sociais negativos (desemprego, baixos salários, etc.) e atingirão, principalmente, as populações de mais baixa renda. Esses impactos serão, contudo, progressivamente reduzidos em função do próprio desenvolvimento econômico oriundo deste tipo de ajuste. Neste contexto, a política social é concebida na proposta ortodoxa como instrumento complementar e subordinado aos programas neoliberais de desenvolvimento e deve ter como objetivo fundamental a proteção das camadas mais pobres da população.

A reestruturação ou reforma do padrão de proteção social no Brasil está imbricada ao modelo de cidadania que vem sendo construído por esta sociedade, apresentando por vezes o padrão de cidadão consumidor e de políticas privatizadas.

Segundo Cortella (1997), a educação sempre foi um campo da vida social tensionado pelas disputas dos projetos societários de diferentes grupos e segmentos sociais, principalmente em função de se constituir um espaço de luta privilegiado no processo de conquista da hegemonia política e cultural na sociedade. Para Saviani (1997), a educação escolarizada é uma necessidade da sociedade capitalista, porque a expansão da cidade como principal espaço de sociabilidade e a necessidade de educação letrada e técnica para responder as demandas do capitalismo, implicou na constituição de uma educação sistemática:

Não é por acaso que a constituição da sociedade burguesa trouxe consigo a bandeira da escolarização universal e obrigatória [...] É, assim, [...] que a educação se converte, de forma generalizada, numa questão de interesse público. (SAVIANI, 1997, p. 2 e 3)

Na trajetória das políticas sociais brasileiras, tornou-se comum considerar que a educação é o caminho para o desenvolvimento e para superação de desigualdades entre grupos e classes sociais. Para Cattani (2007), a desigualdade social brasileira

fundamenta-se na grande e histórica concentração de riqueza que condiciona, estruturalmente, as relações de classe, ideologia, as possibilidades econômicas e a produção cultural. O autor discorre sobre como a educação é utilizada para manter as posições de poder na sociedade e como são utilizados diversos termos para designar a fração da sociedade detentora do poder econômico e social, tais como elite, burguesia e classes dominantes. Segundo o mesmo, esses grupos mobilizam-se para manter sua reprodução ampliada e a transmissão das posições dominantes para seus descendentes, e neste sentido a educação tem um papel preponderante, sobretudo nas universidades, que possuem um histórico de elitização.

Chegar a universidade pública para as camadas pobres da população pode ser entendida como uma forma de resistência. Identifica-se a superação da histórica tendência elitista do ensino superior, da trajetória de famílias por vezes de baixa escolaridade ou que evade dos bancos escolares, e das próprias deficiências escolares que o ensino público (principalmente) muitas vezes lhes oferece. A expansão das universidades e a democratização do ensino superior no país, na primeira década do ano 2000, possibilitaram o acesso ampliado das camadas populares a universidade, mas trouxe consigo inúmeras situações referentes a permanência, não somente pelas questões objetivas de manutenção e sobrevivência dos estudantes, mas pelas dificuldades de adaptação as próprias características e dinâmica da universidade.

Segundo Fávero (2006), refletindo sobre essa questão, pode-se inferir que alguns desses impasses vividos pela universidade no Brasil poderiam estar ligados à própria história dessa instituição na sociedade brasileira. Basta lembrar que ela foi criada não para atender às necessidades fundamentais da realidade da qual era e é parte, mas pensada e aceita como um bem cultural oferecido a pequena parcela da sociedade, quando na realidade deveria se constituir em espaço de investigação científica e de produção de conhecimento, atendendo as necessidades sociais mais amplas.

No ano de 2007, o governo federal criou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), instituído pelo Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007, ao mesmo tempo que implantou o REUNI, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e as políticas de Ações Afirmativas.

O PNAES instituído pelo Decreto n. 7.234/2010, tem como objetivo ampliar as condições de permanência, com prioridade para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, matriculados nos cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

As ações preceituadas pelo PNAES incluem assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. Este prevê ainda que serão atendidos prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. Já as Ações Afirmativas surgem, a partir das discussões sobre a efetivação dos direitos humanos e do reconhecimento do direito à diferença,

entendendo a ineficiência das políticas universalistas no enfrentamento às marcantes desigualdades ainda presentes na sociedade contemporânea.

Segundo Gomes (2001), o país pioneiro na adoção das políticas sociais denominadas «ações afirmativas» foram os Estados Unidos da América. Tais políticas foram concebidas inicialmente como mecanismos tendentes a solucionar a marginalização social e econômica do negro na sociedade americana. Posteriormente, elas foram estendidas às mulheres, a outras minorias étnicas e nacionais, aos índios e aos deficientes físicos.

Gomes acrescenta:

[...] as ações afirmativas consistem em políticas públicas e também privadas voltadas a concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Impostas ou sugeridas pelo Estado [...] elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade (GOMES, 2001, p.7).

Mota (2010) assinala que a Assistência Social pode ser pensada como uma política social inscrita como um dos tripés da Seguridade Social brasileira e voltada para aqueles cujas necessidades materiais, sociais e culturais não podiam ser asseguradas pela renda do trabalho e, de outra forma, pode ser analisada enquanto um conjunto de mecanismos compensatórios que permeiam as diversas políticas sociais públicas.

Fellipe (2015) aponta que historicamente a assistência tem se construído enquanto um conjunto de ações que tem como público prioritário segmentos das classes subalternas em situação de pobreza e espoliação.

Para Yazbek (2009), o coletivo dos serviços e benefícios que compõem o assistencial visa garantir condições de subsistência a determinadas populações e/ou minimizar os efeitos da desigualdade estrutural brasileira por meio de ações compensatórias, sendo esta configuração a que mais se aproxima da política da educação superior pública no Brasil, inclusive pela seletividade e focalização da população atendida. É a presença do mecanismo assistencial (SPOSATI et. al., 1986) que caracteriza a assistência estudantil como “compensatória de carências”, o que levanta o binômio inclusão/exclusão pelo caráter seletivo acerca das necessidades dos discentes. Essa abordagem tem sustentado nas IFES a não adoção de ações com caráter universal, apesar de representar um campo de luta pela defesa de direitos e ampliação do protagonismo estudantil.

Mello (2007) sinaliza a relevância de se investigar as ações de Assistência Estudantil voltadas para estudantes pobres que, inclusive pela expansão do número de vagas nos últimos anos, acessam com mais facilidade o ensino superior.

3 | UNIVERSIDADES, PROTEÇÃO SOCIAL E SAÚDE MENTAL

Além das questões socioeconômicas e acadêmicas que interferem na permanência dos alunos, já ressaltamos o aumento significativo da demanda de atendimento em saúde mental pela CAES e a importância de ações que atendam também a essa realidade.

Dados do Perfil Epidemiológico das Tentativas e Óbitos por suicídio no Brasil e a Rede de atenção à saúde, publicado pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde em 2017, apontam o suicídio como um fenômeno que ocorre em todas as regiões do mundo. Estima-se que, anualmente, mais de 800 mil pessoas morrem por suicídio e, a cada adulto que se suicida, pelo menos outros 20 atentam contra a própria vida. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), o suicídio representa 1,4% de todas as mortes em todo o mundo, tornando-se, em 2012, a 15ª causa de mortalidade na população geral; entre os jovens de 15 a 29 anos, é a segunda principal causa de morte.

No período de 2011 a 2016, foram notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), 1.173.418 casos de violências interpessoais ou autoprovocadas. Desse total, 176.226 (15,0%) foram relativos à prática de lesão autoprovocada, sendo 116.113 (65,9%) casos em mulheres e 60.098 (34,1%) casos em homens. Considerando-se somente a ocorrência de lesão autoprovocada, identificaram-se 48.204 (27,4%) casos de tentativa de suicídio, sendo 33.269 (69,0%) em mulheres e 14.931 (31,0%) em homens. Entre 2011 e 2016, observou-se aumento dos casos notificados de lesão autoprovocada nos sexos feminino e masculino de 209,5% e 194,7%, respectivamente. A análise das notificações das lesões autoprovocadas no sexo feminino, segundo raça/ cor, mostrou que 49,6% das mulheres eram brancas e 35,7%, negras (pardas + pretas). Em relação à escolaridade, 30,5% delas apresentavam ensino fundamental incompleto ou completo e 23,5% ensino médio incompleto ou completo. Destaca-se o elevado percentual de casos com escolaridade ignorada (39,5%).

Um artigo da Revista Carta Capital, “Casos de suicídio e depressão deixam universidades em alerta” publicado em 23/09/17, relata depoimento do psiquiatra Eduardo Humes do Hospital das Clínicas de São Paulo. Este aponta que a questão do suicídio sempre existiu, e falar sobre ela “evita que as pessoas e as instituições joguem o assunto para debaixo do tapete”. Silvana Maciel, professora do curso de Psicologia e Coordenadora do Congresso Brasileiro de Saúde Mental também alerta para o problema: “temos que dar atenção aos alunos da universidade, mas é importante destacar que é um problema que envolve a quase todos os indivíduos, uma questão de saúde pública”.

Bradow e Dravanz (2010) apontam que a discussão acerca do trabalho do assistente social na saúde mental é recente, bem como o devido destaque sobre a importância da intersetorialidade e da integralidade no atendimento ao seu usuário.

Acrescentam que a discussão acerca do que é saúde e doença é complexa, e deve ser analisada de forma cautelosa. Alguns preservam a concepção de que saúde se resume a ausência de doença, e alguns teóricos (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007) apontam que o processo de adoecimento envolve outros determinantes além dos biológicos, como fatores sociais, ambientais, culturais, políticos e econômicos.

A Política Nacional de Promoção de Saúde, criada em 2006, visa a promoção da qualidade de vida e redução da vulnerabilidade social e riscos à saúde. Entende-se então, a concepção de saúde e doença (físicas e mentais) como processos resultantes do modo de vida cotidiana de pessoas e de suas historicidades. Sendo assim, o objetivo terapêutico não é de curar doenças, mas de fortalecer sujeitos, produzir saúde e defender a vida.

Assim, os processos que compõem o sofrimento psíquico são produtos da vida em sociedade, incluindo fatores que podem ser sociais, culturais, econômicos, ou até mesmo políticos, e não necessariamente possuem causas físicas e orgânicas. No passado a loucura já foi entendida como uma ameaça à paz da sociedade e o seu tratamento foi um mecanismo de exclusão, de segregação, e punição para os que sofriam com esta doença. As primeiras medidas de tratamento sempre foram no sentido de “vigiar e punir” os “loucos” (FOUCAULT, 1987) como se esta situação fosse um problema de conduta.

No cenário mundial, depois da Segunda Grande Guerra, o Estado passa a ser responsável não somente por garantir o direito à vida, mas também o direito à saúde, como forma de superação dos horrores da guerra. Da mesma forma, a loucura passa a ser compreendida como uma doença, que necessita de um tratamento, e não de uma punição, e visando à melhora no atendimento das pessoas portadoras de sofrimentos psíquicos (BRADOW; DRAVANZ, 2010).

Em entrevista ao Caderno Pensar, do Jornal o Estado de Minas em 2010, o professor Eduardo Mourão Vasconcelos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) aponta que as políticas neoliberais acentuaram as mazelas econômicas, sociais e ambientais de amplas parcelas da população mundial, o que tem forte impacto na saúde mental desta população. Por exemplo, pobreza, altas taxas de desemprego e de trabalho precário e informal difundem quadros de desamparo e depressão, de desarticulação da perspectiva de futuro através da dedicação à escola, ao trabalho e à carreira pessoal, e da esperança dos filhos terem uma vida melhor por meio do investimento de longo prazo na educação e formação para o trabalho. Em paralelo, as famílias, com provedores com vínculos cada vez mais voláteis e divididos entre longas jornadas de trabalho externo e os afazeres domésticos, estão cada vez mais esgotados e indisponíveis para as exigências do processo de socialização real e psíquica de nossas crianças e adolescentes. Na outra ponta, o capitalismo contemporâneo induz um enorme desinvestimento em políticas de educação, saúde e saúde mental. Acrescenta que as contribuições do marxismo são fundamentais para compreender tais processos, em diálogos interteóricos com outras abordagens engajadas acerca

da subjetividade.

Silveira (2002) aponta que a subjetividade não é imanente ao indivíduo, mas vai se constituir a partir do intercruzamento dessas dimensões, dentro e fora do indivíduo, não existindo, portanto, a separação entre o plano individual e o coletivo, entre os registros de indivíduo e sociedade. Nesse sentido, um pressuposto que se impõe diz respeito à consideração de que a subjetividade é socialmente produzida, operando numa formação social determinada, sob o crivo de um determinado tempo histórico e no âmbito de um campo cultural. Acrescenta que Marx (1985) propõe essa vinculação a partir da análise do homem inserido no processo produtivo, produzindo e produzindo-se, onde o trabalho não produz só mercadorias, produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na proporção em que produz mercadorias em geral.

Esse é, portanto, um processo que implica em sujeição real, desapropriação da própria condição de indivíduo perante um poder que, para além de tornar estranho o produto do trabalho, torna igualmente estranho o trabalho para o trabalhador, internalizando esta relação. Tal poder que se institui despoticamente se evidencia não só objetivamente, mas também no campo simbólico ao processar o desenvolvimento da forma mercadoria em fetiche.

Essas ponderações auxiliam no reconhecimento de como a presença da globalização e do neoliberalismo conseguiram, através da recriação contínua de formas de acumulação de capital, de um lado, desconectar ainda mais os caminhos da economia dos registros do social e, de outro, subsumir os componentes de nosso psiquismo e subjetivação à ordem mercantil.

Birman (2000) aponta para as profundas alterações que este conjunto de processos produz nos distintos sujeitos. Segundo ele, o desamparo enunciado por Freud foi sendo substituído pelo desalento. Entre as suas feições na atualidade estariam a depressão, o vazio, a neurose de angústia – caracterizada pela corporeidade do mal-estar e pelo baixo nível de simbolização psíquico –, além de outras formas de patologias psicossomáticas. Enfatiza o autor que estes sintomas levam à busca, individualizada, de seu enfrentamento, seja através da ingestão de drogas que cresce enormemente, seja via terapêuticas encaminhadas pela psiquiatria, ou ainda através de compulsões sexuais e alimentares – sob a forma de perversões, bulimia e anorexia. Destaca ainda, neste quadro estrutural, a presença privilegiada da perversão e do masoquismo, “como efeitos que são do desalento na atualidade, sendo formas de subjetividade procurar ainda gozar no cenário catastrófico da desconstrução subjetiva.” Entre outras dimensões, essa condição revelaria um conjunto de impossibilidades com as quais os sujeitos estão se defrontando, em especial a de identificar e realizar ações fundamentais, portadoras potenciais de alternativas de alteração significativas do curso de suas vidas. Superá-las implicaria em multiplicidade de acessos, tanto na ordem da materialidade – o que significa introduzir as questões relativas aos componentes sócio-político-históricos –, quanto no sentido de percebê-los vinculados às dimensões do corpo e do afeto.

Está posto um desafio aos sujeitos, ora afirmar sua personalidade e subjetividade, construindo uma identidade com capacidade de potencializar os elementos que estão postos no real, na tentativa de proporcionar um sentido novo às condições dadas, a partir de uma perspectiva anticapitalista, o que significa apostar numa nova ordem humana, criação histórica de outra sociabilidade e novos campos coletivos (SILVEIRA,2002).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das questões apresentadas, pode-se inferir que é fundamental a discussão sobre o significado do sofrimento e a necessidade de desvelamento dos processos que produzem a exclusão na vida universitária. Além de identificar possíveis condicionantes sociais para tais demandas e realizar encaminhamentos pertinentes, entende-se que a prevenção é de suma importância. As parcerias com a rede local tornaram-se imprescindíveis, tanto pela temática em lide, quanto pela possibilidade da prática interdisciplinar que amplia o impacto social e contribui com o papel social da universidade junto à comunidade local.

Os gestores da universidade precisam intervir sobre uma evidente demanda que é a dos estudantes ingressantes. Segundo dados do perfil do Estudante Ingressante desenvolvido pela CAES, cerca de 70% destes alunos vieram de outros municípios e Estados, ou seja, não são da cidade de Campos dos Goytacazes, e ficam afastados de suas referências sociais e familiares.

A rede de saúde mental do município de Campos parece não estar amplamente preparada para atendimento adequado a esta necessidade específica. Os serviços de psicologia e psiquiatria têm ainda sua demanda reprimida.

As condições sociais e econômicas impactam na saúde da população, e, portanto, tratar essas questões com práticas e conhecimentos teóricos e políticos, parece fundamental para a consolidação de uma saúde coletiva que precisa estar articulada a outras políticas sociais, e em especial à Política de Educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 8.080**, de 19 de Setembro de 1990. Brasília, 1990. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 14 dez. 2017.

_____. **Decreto nº 7.234**, de 19 de Julho de 2010. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 14 dez. 2017.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Política nacional de promoção da saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Perfil Epidemiológico das tentativas e óbitos por suicídio no Brasil e a rede de atenção a Saúde**. Boletim Epidemiológico, Volume 48, Número 30. Brasília, 2017.

BEHRING, E. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2008.

BIRMAN, J. **Mal-estar na atualidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999; **Psicanálise, ciência e cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994; e **Subjetividade, contemporaneidade e educação**. In: **Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

BREDOW, S. G.; DRAVANZ, G. M. **Atuação do Serviço Social na Saúde Mental: entre os desafios e perspectivas para efetivação de uma política intersetorial, integral e resolutiva**. Textos & Contextos. Programa de Pós Graduação em Serviço Social - PUC RS, Porto Alegre, 2010.

BUSS, P. M.; PELEGRINI, A. A. **Saúde e seus determinantes sociais**. Physis: Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, n. 17, p. 77-93, 2007

CATTANI, A D & KIELING, F d S. **A escolarização das classes abastadas**. Sociologias. Porto Alegre, ano 9, n.18, jun-dez 2007, p. 170-187.

CORTELLA, M.S. e outros (orgs). **Empregabilidade e Educação. Novos caminhos no mundo do trabalho**. São Paulo: EDUC, 1997.

DAMASCENO, V. **Casos de Suicídio e Depressão, deixam as universidades em alerta**. Revista Carta Capital. Publicado em 23/9/17. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/casos-de-suicidio-e-depressao-deixam-universidades-em-alerta>> Acesso em: 15 dez. 2017.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

FELLIPE, J. M. S. **Assistência Estudantil no Instituto Federal Fluminense: possibilidades e limites para a permanência escolar e conclusão de curso**. Revista Textos & Contextos. Programa de Pós Graduação em Serviço Social - PUC RS, Porto Alegre, 2015.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

GOMES, J. B. **A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro**, 2001. p. 1-27. Disponível em <<http://adami.adv.br/artigos/19.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril, 1985.

MELLO, J. **Desigualdades sociais e acesso seletivo ao ensino superior no Brasil no período 1994-2001**. In: Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Educación. V. 5, n. 2, p. 69-83, 2007.

MOTA, A. E. **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

SAVIANI, D. **A nova Lei da Educação: limites, trajetórias e perspectivas**. Campinas, Autores Associados, 1997.

SILVEIRA, M.L.S da. **Algumas notas sobre a temática da subjetividade no âmbito do marxismo**. Revista Outubro, v. 7, p. 103-113, 2002. <<http://outubrorevista.com.br/wpcontent/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-7-Artigo-08.pdf>> Acesso em: 14 dez. 2017.

VASCONCELOS, E. M. **Por um novo homem**. Entrevista concedida a Denise Pamplona. Jornal Estado de Minas, Coluna Pensar. 4 set. 2010

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 2009.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-052-0

